

Saberes e Competências Docentes e a Educação Inclusiva: Ressignificando Conceitos e Práticas ¹

Jane Rangel Alves Barbosa (*)

Rosa Maria Prista (**)

Apresentação

O tema da inclusão/exclusão de estudantes no universo escolar brasileiro tem sido priorizado nos atuais debates político-educacionais e neles estão presentes tanto as demandas dos alunos portadores de necessidades especiais, como as dos repetentes e evadidos com dificuldades em suas trajetórias escolares. Ao mesmo tempo, também, temos assistido à implementação de um conjunto de transformações no campo educacional, provocando alterações profundas no funcionamento dos sistemas de ensino e na qualidade do seu atendimento. Buscar saídas para inclusão dos educandos em nossos sistemas de ensino, reveste-nos a considerar os elementos geradores da situação de exclusão vivida por eles, o que significa tratar da questão educacional no seio da problemática social brasileira. E significa, também, entendermos a escola como um espaço sociocultural, responsável pela abordagem pedagógica do conhecimento e da cultura, em articulação com o contexto social em que está inserida.

Nessa perspectiva, pretendemos abordar a inclusão social, desenvolvida sob o enfoque da educação escolar, apresentada como uma nova proposta educacional, que objetive o atendimento integral do educando, discutindo como as políticas de inclusão estão viabilizando ações organizacionais e pedagógicas nos sistemas de ensino e indagando sobre a capacidade delas darem conta da inclusão escolar do conjunto de seus alunos.

Assim, a construção da escola inclusiva precisa de condições para desenvolver novas práticas de aula, de gestão, de trabalho dos professores e dos alunos, incluindo formas coletivas, currículos interdisciplinares, riqueza de material e de experiências, como espaço de desenvolvimento profissional. E somente uma escola de qualidade social pode constituir-se nesse espaço e dar conta de garantir a construção de conhecimentos e valores fundamentais para todas as dimensões da vida humana. Pensar a inclusão é pensar nessa “nova escola” que atende a todos

¹ Artigo recebido em junho de 2009 e aprovado em setembro de 2009.

(*) Professora doutora da Universidade Castelo Branco/UCB. E-mail: janerangel@globo.com

(**) Professora doutora da Universidade Castelo Branco/UCB. Coordenadora de Estágio do Curso de Psicologia da Sociedade Educacional Fluminense. E-mail: rosamprista@gmail.com

indistintamente e que pode ser repensada em função das novas demandas da sociedade atual e das exigências desse novo alunado. Para efetivar a inclusão é preciso, portanto, transformar a escola, começando por desconstruir práticas tradicionais, o que implica questionar concepções e valores, abandonando modelos que discriminem qualquer educando e, finalmente, se a formação de professores não for revista, as práticas pedagógicas das escolas não irão transformar-se.

Segundo estudiosos, a reformulação da escola para incluir os excluídos, precisa ser uma revolução que a ponha do avesso em sua razão de existir e em seu ideário político pedagógico. Para tanto, precisamos urgentemente reconhecer e valorizar as diferenças na escola, que é um lugar privilegiado para se viver a experiência da diversidade de saberes, valores, significados, sentimentos. Temos de descobrir, de recriar meios pelos quais a escola possa vivenciar a diferença, mas sem fragmentar-se em modalidades de ensino, sem impor nem fixar identidades, especializando-se neste ou naquele aluno (MANTOAN, 2005).

É possível e necessário uma mudança na educação, tendo como eixos o convívio com as diferenças e a tessitura do conhecimento escolar, resultado de uma experiência relacional participativa, que resguarda a subjetividade do aprendiz, mas que se engendra no coletivo das salas de aula e sempre voltando ao que é central em qualquer propósito educacional que esteja coerente com as garantias constitucionais de uma educação para todos, mas com um olhar dirigido à pedagogia da diversidade.

A inclusão escolar é muito mais do que aplicar uma política educacional. Ela é um instrumento de grande importância na formação de valores e identidades. Portanto, a escola e o professor em relação às políticas de inclusão precisam ter a responsabilidade de analisar, revisar e aplicar todas as soluções possíveis, visando beneficiar aqueles que são hoje excluídos do contexto escola-sociedade.

Nessa perspectiva, as pesquisas apontam que muito ainda há para pesquisar, estudar e colocar em prática este novo paradigma educacional. Chega-se à conclusão que o estudo proposto, não está pronto e acabado, necessitando de constante estudo e adaptações ao longo das práticas pedagógicas, pois o ser humano está em constante evolução e o processo de integração e atendimento educacional inclusivo, constitui-se como uma longa construção sociocultural.

Educação e educação inclusiva: abordagem doutrinária histórica

A educação inclusiva compõe a gama de Direitos Humanos elencados na Declaração Universal de Direitos Humanos e do Cidadão e que foram consagrados no ordenamento jurídico pela Constituição da República de 1988.

Numa visão ainda mais profunda, tem-se que a educação inclusiva é uma das múltiplas acepções do princípio da dignidade da pessoa humana que, por sua vez, constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Portanto, não é por acaso que, na sua implementação, coloca-se atualmente como uma das grandes prioridades entre as metas mundiais e como um desafio para cada país no que toca à sua implementação no plano interno.

Na realidade brasileira, em face de sua marcante desigualdade social, o grande desafio reside na sua implementação na rede pública de ensino, uma vez que o atual estado de decadência desse sistema de ensino torna ainda menos propícia essa tarefa.

Ao longo da história, a escola brasileira consagrou-se como a instituição social especializada em ensinar sem, contudo, resolver a polêmica relação entre a aprendizagem e o processo educativo. As iniciativas no campo da educação, por permanecerem centradas nos princípios gerais de formação, acabaram por cair no *laissez-faire* pedagógico, perpetuando o universo da ignorância, prejudicando a democratização do saber e, conseqüentemente, comprometendo sua meta original, já que os professores passaram a se contentar com o acúmulo de informações, desviando-se, assim, dos ideais educativos e de sua razão de ser.

Atualmente, esse quadro desolador dá mostras de continuidade, que prejudica a educação, justifica a crise da instituição escolar, contribui para a conformação de uma sociedade conservadora, injusta, violenta e corrompida, fazendo com que o educando enfrente problemas de aprendizagem.

Esse processo decadente do ensino, ocasionado pela omissão da escola em adequar a aprendizagem ao processo educativo, deixa para este século, justamente, o desafio de se colocar o esforço pedagógico (ensino) a serviço de metas educacionais, visando o equilíbrio entre o “ser saber” e o “saber ser”, isto é, entre o sujeito cognoscente e o sujeito social consciente, equilibrado e comprometido.

O desafio de se buscar uma nova relação entre homem e conhecimento, com vistas à democratização do saber, fazendo-se dele (conhecimento) um guia capaz de nortear a formação de posturas críticas e as tomadas de decisão. Para superação desse desafio, é preciso, necessariamente, proceder-se à revisão dos projetos pedagógicos e às reformas curriculares como já tem sido feito em muitos países.

Educação inclusiva nas escolas públicas e as atuais viabilidades técnicas e humanas de implementação

Sabe-se que a realidade das escolas públicas permite concluir que de forma como hoje está estruturada é absolutamente inviável a efetivação da educação inclusiva. Quanto ao cumprimento desta meta mundial, o primeiro entrave é o descaso do Estado para com os professores das redes públicas de ensino. Os baixos salários, a falta de condições de trabalho e a falta de atenção do Estado com relação aos interesses da classe têm levado as pessoas a desinteressarem pela profissão, fazendo com que elas não se aperfeiçoem, não busquem nenhuma qualificação. Esse é o principal fator que mais tem prejudicado a educação, pois ele vem se perpetuando nesse ciclo lamentável, em que os professores limitam-se a repassar aos alunos aquilo que um dia aprenderam sem se preocupar com a atualização de seu conhecimento e muito menos com o fato de os alunos estarem ou não aprendendo efetivamente e em que os alunos não se importam com o conhecimento, porque desconhecem o seu valor.

A proposta de inclusão dos alunos, diferentes exige capacitação técnica específica dos professores. Sem ela estes jamais saberão lidar com as diferentes e muito menos saberão promover o convívio harmônico entre eles e os demais alunos.. Na atual conjuntura, se o corpo docente sequer tem qualificação para lidar com o processo educativo padrão, terá habilidades para lidar com um processo educativo inovador e avançado de inclusão.

O governo está começando a se sensibilizar da necessidade de se retomar a valorização dos professores, tanto isso é verdade que, recentemente, o legislador constituinte alterou o artigo 206 da Constituição da República de 1988, por meio da Emenda Constitucional Nº 53/2006, para estabelecer princípios pertinentes a essa valorização, cujo cumprimento é obrigatório a todos os entes federados. São eles:

Art.206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

V – Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VIII – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a categoria de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para elaboração ou adequação de seus planos de carreira no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A referida alteração do texto da Constituição da República, no entanto, não é suficiente para se estabelecer a valorização dos professores. Este é apenas um passo importante de muitos que ainda precisam ser dados para se alcançar esse fim, hoje tão essencial. É necessário que a própria União

e os demais entes federados ponham em prática as diretrizes a eles impostas pela Constituição, percorrendo-se um longo caminho até chegar à efetiva valorização e capacitação dos professores.

Um outro entrave enfrentado pelas escolas públicas é a omissão das famílias no que diz respeito ao seu papel de também educar as crianças e os jovens. Os professores não conseguem fazer com que os alunos efetivamente concluam seu processo de aprendizagem, não só porque não têm qualificação ou porque perderam a autoridade perante eles. Muitas vezes, a verdade é que os alunos não mais respeitam os professores, pois perderam o foco da hierarquia.

Destaca-se, também, como outro fator que inviabiliza a educação inclusiva nas escolas públicas reside em seu mobiliário e em suas instalações que se revelam inadequados não só às necessidades especiais dos portadores de deficiência, mas também às necessidades básicas de todos os alunos.

Quanto ao mobiliário, destacamos o tamanho das carteiras. Ele constitui um problema por ser único e não numerado conforme a idade dos alunos. Por exemplo, a mesma carteira que é usada por uma criança de seis anos é usada por um jovem de dezoito anos ou por um adulto e o curioso é que ela não serve para nenhuma dessas pessoas.

Quanto às instalações, destacamos o problema dos banheiros e das escadas. Aqueles são precários e inadequadamente equipados, as cabines estreitas. As escadas perigosas, porque em sua maioria não possuem corrimão para dar segurança às pessoas (crianças, jovens, cegos, idosos etc.). Assim, elas impedem a mobilidade dos alunos diferentes no interior das escolas, as quais necessitam de rampas e elevadores para seu livre trânsito.

O gestor e o envolvimento da comunidade escolar no processo de inclusão educacional na escola

O gestor deve ter claro seus objetivos, juntamente com a comunidade escolar, favorecendo de um lado, indivíduos diferentes, propiciando um desenvolvimento eficaz de pessoas que terão condições de tornarem-se mais independentes.

Uma escola democrática só poderá ter êxito se estiver inserida em uma comunidade. A educação inclusiva é uma prática inovadora que enfatiza a qualidade de ensino para todos, exigindo modernização da escola e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar.

Um trabalho pedagógico consciente e comprometido com a inclusão escolar exige a participação de todos na elaboração de um projeto político-pedagógico que sirva de horizonte, por intermédio de metas que serão postas para que seja possível se pensar ações necessárias ao

que se deseja atingir. Assim, podemos afirmar que as escolas têm a oportunidade de manter um contato próximo com a comunidade (pais, alunos e outros), ficarão fortalecidas para seus empreendimentos inclusivos na preparação de seus alunos como todo para a vida cotidiana, preparando-os para futuros mediadores e importantes sujeitos da ação inclusiva propriamente dita.

Nesse contexto, a inclusão não significa simplesmente colocar os alunos diferentes junto com os outros ditos normais, mas reestruturar o sistema educacional para que eles sejam atendidos “como deve atendê-los”, preparando-os para as adversidades do mundo contemporâneo. Quanto à reestruturação do sistema educacional, Carvalho destaca:

A operacionalização da inclusão de qualquer aluno no espaço escolar deve resultar de relações dialógicas envolvendo família, escola e comunidade, de modo que cada escola ressignifique as diferenças individuais, bem como reexamine sua prática pedagógica (Carvalho, 1998, p.193).

Nesse sentido, constata-se que cada aluno incluso exige do professor práticas pedagógicas que atendam às especificidades de cada aluno. Além disso, deve-se levar em consideração que as diferenças não devem ser só aceitas, mas também acolhidas. Especialmente no meio escolar, a diversidade não é fator determinante do enriquecimento de trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais, que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem. Por outro lado, já se comprovou o efeito positivo em todos os aspectos no desenvolvimento de alunos diferentes no meio escolar regular, pois é preciso respeitar os educandos em suas individualidades, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino.

É preciso ter consciência que, para muitas pessoas é pretensioso e até ousado pensar que nós, os humanos, somos seres únicos, e que é injusto e inadequado sermos, por qualquer razão, segregados. Sendo assim, deve-se partir da reflexão de que mesmo as pessoas “normais”, não portadoras de necessidades especiais, também, apresentam limitações em áreas de nossa atuação ou grupo, assim como em outro aspecto de nosso desenvolvimento físico, social, cultural, por sermos seres perfectíveis, que constroem, pouco a pouco, e na medida do possível, suas condições de adaptação ao meio.

Nesse sentido, acreditamos que a melhoria da qualidade do ensino acontecerá quando, realmente, adotarmos princípios educacionais válidos para todos os alunos, o que resultará na natural inclusão escolar dos alunos diferentes. Entretanto, cabe ao educador-gestor buscar informação, orientação e suporte das entidades de assistência social e das autoridades médicas e convencionais sempre que a matrícula de um alunos diferentes é solicitada. Além disso, não se deve ignorar o grande desafio que a escola tem que enfrentar neste novo paradigma inclusivo.

Nesses novos tempos, a tendência da heterogeneidade dos educandos crescerá, exigindo pesquisas e aperfeiçoamento em várias áreas do saber para o desenvolvimento de novas técnicas de ensino que contemplem os ideais democráticos de uma educação de qualidade para todos. Qualquer tentativa de se desenvolver um atendimento especializado dos alunos especiais em classes de estudo regular, exige que se ultrapasse as condições atuais de estrutura organizacional da escola em todos os seus aspectos.

Para implantação desse paradigma inclusivo, Mantoan (2005) ressalta que, do ponto de vista pedagógico, a construção desse modelo implica transformar a escola no que diz respeito à avaliação e, principalmente, às atitudes de “todos” na escola. Como podemos observar, a inclusão é um processo complexo que vai além de colocar ou manter os alunos diferentes em classes regulares, isto é, é parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional.

Se os educadores-gestores entendessem inclusão como completar, integralizar, encaixar no que já está pronto, isto implicará em não levar em conta a diferença, o inesperado da vida e, assim procedendo, apresentaria dificuldade em trabalhar e considerar as diferenças, tratando-as como “falha” e “incompletude”. Mas, se entendermos o termo incluir como “estar junto de”, isto tomará o sentido de possibilidade de acesso não só ao esforço físico, como ao mundo da satisfação e realização pessoal e social.

Na realidade, é difícil aceitar uma “pessoa diferente na escola quando a sociedade usa como parâmetro para avaliação as igualdades”. Vários estudiosos formulam conceitos de anormalidade para idealizarem a normalidade, enquanto os médicos classificam os alunos em normais e patológicos. Logo, convencer a família da importância da formação de atitudes e valores, preconceitos e afetividade, é uma tarefa primordial na construção de uma sociedade emancipatória e efetivadora dos marcos legais.

Identidade profissional, saberes e competências na formação profissional do magistério

No mundo contemporâneo, o papel do professor está sendo questionado e redefinido de diversas maneiras. Para isso, concorrem as novas concepções sobre a educação, as revisões e atualizações nas teorias de desenvolvimento e aprendizagem, o impacto das tecnologias da informação e do conhecimento sobre os processos de ensino-aprendizagem, suas metodologias, técnicas e materiais de apoio.

Tudo isso delineia um novo cenário educacional com novas exigências para cujo atendimento os professores não foram, nem estão sendo preparados. Por outro lado, vivemos em uma sociedade democrática que tem por definição a pluralidade, o convívio e a interlocução na

diversidade. O direito de participar nos espaços e processos comuns de ensino e aprendizagem realizados na escola está previsto na legislação e nas políticas educacionais

Há mais de uma década o documento “Declaração de Salamanca” nos aponta um outro caminho: da Educação Inclusiva. É preciso ter “consciência” que é necessário acolher a todos, não discriminar e junto com a comunidade escolar, traçar um projeto educacional para a construção de uma escola democrática na qual “diferenças” sejam respeitadas. As pesquisas apontam que muito há para pesquisar, estudar e colocar em prática para a construção da escola inclusiva brasileira.

Visitando e pesquisando, através de instrumentos de coleta de dados, em algumas escolas da Rede Municipal do Rio de Janeiro, no cotidiano escolar, percebe-se o desconhecimento e o despreparo dos envolvidos na “educação para todos”. Sabe-se, também, que a inclusão vai além do aceitar um aluno diferente. Além disso, constata-se que há diferentes opiniões de autores quanto à inclusão, estando de um modo geral centrados na melhoria da qualidade do ensino e da educação.

No contexto atual, a educação escolar tem sido alvo de muitas críticas e controvérsias. Em todos os segmentos da sociedade brasileira, critica-se o desempenho do aluno nos bancos escolares, o papel social da escola e o papel do professor na construção de uma nova sociedade. É certo que há uma enorme distância entre o perfil de professor que a realidade atual exige e o perfil de professor que a realidade até agora criou. Essa circunstância provoca a necessidade de muito investimento na formação profissional. Como toda profissão, o magistério tem uma trajetória construída historicamente.

Nesse contexto, a formação inicial como preparação profissional tem um papel inicial para possibilitar que os professores se apropriem de determinados conhecimentos e possam experimentar, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências necessárias para atuar nesse novo cenário. A formação de um profissional de educação tem que estimulá-lo a aprender o tempo todo, a pesquisar, a investir na própria formação e a usar sua inteligência, criatividade, sensibilidade e capacidade de interagir com outras pessoas.

Este cenário reafirma a necessidade de uma capacitação contínua em serviços, uma vez que além de fornecer conhecimento e corrigir as distorções desse processo inicial, também contribuir para uma reflexão acerca de mudanças nesses cursos e nas suas práticas pedagógicas. Por outro lado, sinaliza a necessidade de rompimento de um paradigma centrado na idéia de integração dos excluídos, em favor de um outro, o paradigma da inclusão, centrado na mudança “radical” das práticas sociais com respeito à diferença, garantindo a participação de todos em todos os aspectos da sociedade.

Quando este professor entra no mercado de trabalho, principalmente na rede pública de ensino, o quadro torna-se mais sério, pois se vê a conjugar seu “próprio despreparo” com a desvalorização profissional, exteriorizada nos baixos salários, precárias condições de trabalho e cargas horárias e jornadas excessivas. Segundo alguns autores, independente das condições nas quais o professor realizou a sua formação inicial e da situação de sua escola, ele precisa ter continuidade de estudos não apenas para ficar atualizado quanto as modificações na área de conhecimento que trabalha, mas, por uma razão mais permanente que se refere à própria natureza do fazer pedagógico, isto é, o domínio da práxis, que é histórico e inacabado.

Nessa direção, a reorganização e gestão dos sistemas educacionais, das escolas e dos projetos educacionais desenvolvidos durante a vida inicial e continuada dos professores, talvez fosse possível defender-se a idéia de que a educação articulada com as demais políticas públicas, pode contribuir para uma melhor situação social, econômica e social da população, sendo, indispensável que se ofereça aos alunos uma educação que os auxilia a entender o papel que devem desempenhar na mudança da realidade em que vivem e no processo de desenvolvimento do país. Portanto, há que defender-se também a necessidade de construção de uma escola de qualidade para todos, capaz de bem ensinar a seus alunos, ajudando-os a tornarem-se indivíduos críticos engajados nos esforços em prol da justiça social e da promoção humana.

Ressaltamos ainda que, nos processos de formação de professores, é preciso considerar a importância dos saberes das áreas de conhecimento (ninguém ensina o que não sabe), dos saberes pedagógicos (pois o ensino é uma prática educativa que tem diferentes e diversas direções de sentido na formação do humano), dos saberes didáticos (que tratam da articulação de teoria da educação e a teoria de ensino para ensinar nas situações contextualizadas), dos saberes da experiência do sujeito professor (que dizem do modo como nos apropriamos do ser professor em nossa vida). Esses saberes se dirigem às situações de ensinar e aprender e com elas dialogam, revendo-se, redimensionando-se, ampliando-se e criando. Consequentemente, também, contribuem para revê-las, redimensioná-las, transformá-las.

Tal mudança introduz uma “nova ética” (a Ética da Diversidade), que rompe com a idéia de um modelo de humanidade e de seres humanos, rompendo com a idéia de padrões sociais e de adaptação dos excluídos ao “status quo”. Reforçando tal processo de mudança social e educacional, Adorno afirma: “Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de que é emancipado” (ADORNO, 2004, p.64). Mas, o governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Educação, tem afirmado e exercido o compromisso com um “Brasil de Todos” e para Todos na área de Educação, fundamentado no Princípio da Inclusão e na Ética

da Diversidade. Implantar uma política inclusiva é o atual desafio da educação brasileira, mesmo nele, conjugando-se o dever do Estado e o direito da Cidadania.

Hoje, mais do que ampliar e aprofundar os marcos legais, devemos concretizar, no cotidiano, as conquistas positivas na legislação brasileira em relação às pessoas diferentes. Um Brasil de Todos deve fazer da diversidade presente na composição de seu povo um alicerce na construção de um mundo também diferente deste em que vivemos: uma sociedade democrática, humana, solidária, justa e ética. Um mundo de pessoas e países que construam, no processo democrático, as condições de sua própria emancipação.

Conclusões

Ao olhar para a educação básica, inserida no contexto social geral, vemos então que as desigualdades sociais se aprofundaram, a justiça social está longa de ser concretizada, as concepções de mundo, sociedade, homem, democracia, escola, educação, autonomia, gestão, currículo e avaliação continuam sendo fundadas no aperfeiçoamento e na valorização do mercado e não na “dignificação do homem”, num cenário de significativa expansão dos processos de exclusão social.

Na área de educação, esta perspectiva de que transformações se dão uma vez que tenham sido instituídas na forma da lei é uma característica histórica da educação brasileira. A idéia de uma “escola inclusiva”, com capacidade para atender alunos em situações diferenciadas de aprendizagem é altamente desafiadora. Implica, sobretudo, numa ação conjunta e responsável de muitos sujeitos (os próprios alunos, as famílias, os professores, as equipes gestoras e pedagógicas, funcionários e os gestores do projeto político-pedagógico) para que essa escola se torne possível.

Nesse cenário, a discussão sobre a inclusão de alunos diferentes na escola regular assume um caráter peculiar. Embora, a esse respeito, o sistema escolar brasileiro alinha-se com a legislação internacional e com posturas avançadas em relação aos direitos sociais, sua ação tem sido limitada no sentido de viabilizar concretamente políticas inclusivas.

Ações que busquem materializar a inclusão escolar devem estar atentas às estratégias que possam ressignificar pessoas, não apenas alterando os rótulos com os quais caracterizam as suas identidades, mas ressignificando o “outro” no fazer pedagógico. No contexto da educação, esta ressignificação passa, entre outros aspectos, pela mudança de concepções sobre o ensino, aprendizagem e o desenvolvimento humano.

Para não reduzir a escola à função de apenas “socializar” o aluno diferente e para que possamos desenvolver um processo de inclusão a partir da realidade escolar brasileira, parece importante que se tome como referência a “função social da escola” e a partir dela se estabeleça um plano de desenvolvimento escolar que busque o máximo de desenvolvimento de cada aluno, garantindo que os alunos diferentes, assim como os outros alunos, apropriem-se dos avanços do conhecimento, da tecnologia e da diversidade das manifestações culturais. Nessa direção, a escolarização na perspectiva da cidadania tem como objetivo educacional a formação do homem crítico e criador, autônomo quanto aos processos de construção do conhecimento.

A preposição dessas políticas e práticas de educação inclusiva para, “escola democrática, não se pode deixar de considerar que a perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino, e por outro, que estas modificações demandam ousadia e prudência, mas que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada.

Ainda que a inclusão escolar não assegure ou signifique inclusão social; ainda que a compreensão das possibilidades e desafios da educação de alunos com diferentes não se esgote no âmbito da escola; ainda assim, a “educação” é uma mediação fundamental para a constituição de vida dessas pessoas, um “espaço” do exercício de direitos e de interações significativas, ou seja, ela deve colocar-se à disposição do aluno tornando-se um “espaço inclusivo”.

Referências

ADORNO, T.W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARVALHO, R.E. *Educação Inclusiva com os pingos nos is*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GUIMARÃES, T.M. *Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade*. Belo Horizonte: Secretária de Estado de Educação, 2002.

MANTOAN, M.T.E. *Caminhos Pedagógicos da Inclusão Escolar*. São Paulo: Memnon, 2005.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: Um Guia para Educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

Resumo: Entendendo a escola como espaço educativo, um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão, o presente trabalho busca analisar as questões da identidade profissional docente na proposta inclusiva, enfocando a gestão da aprendizagem na diversidade. Devemos concretizar no cotidiano novas práticas pedagógicas que preconizem a formação integral do educando e a promoção de sua cidadania. O estudo se fundamenta na literatura atual e na pesquisa de campo sobre os caminhos para a educação

inclusiva, balizando a análise no pensamento de Theodor Adorno, que nos sinaliza antagonismos presentes nas políticas educacionais brasileiras e na legislação. Estamos certos de que a educação, no processo de se fazer inclusiva, converte-se em poderoso instrumento de promoção dos Direitos Humanos e da Educação para Todos, fundamentados nos princípios de inclusão e de na ética da diversidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; docência; diversidade.

Abstract: According to a conception of school as a place where teachers may decide their own tasks and learn more about their profession, the proposal of this paper is to discuss issues of teachers' professional identity concerning an inclusive proposal of education and considering the management of learning in diversity. Teachers need to put in practice new educational activities which may lead to the students' global formation and to the promotion of their social consciousness. This study is based on recent bibliography and on a practical research on some solutions for an inclusive education, and follows the concerns of Theodor Adorno, who finds some antagonism in Brazilian educational politics and laws. We are sure that education, as a way for social inclusion, becomes an important instrument for the promotion of Human Rights and for the opportunity of Education for All, which are the bases of the Inclusion Principle and the Diversity Ethics.

Keywords: Inclusive education; teaching; diversity.